
“CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTES PARA ALUNOS COM NECESSIDADE DE SAÚDE ESPECIAIS – ANO LETIVO 2022/2023”

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. O presente convite regula o procedimento, por Concurso Público, com vista à celebração do contrato de prestação de serviços, e tem por objetivo a aquisição de serviços para a realização de circuitos especiais de transportes para alunos com necessidades de saúde especiais – ano letivo 2022/2023, a um número previsível de **46** alunos diariamente.
2. A entidade adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899 - Plataforma eletrónica de contratação pública eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
3. A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho da Exma. Sra. Presidente da Câmara de ____ de _____ de 2022.
4. A contratação é precedida do presente procedimento de Concurso Público, nos termos do disposto no artigo 16º nº 1 c) e no artigo 20º nº1 b), do Código dos Contratos Públicos;
5. O procedimento de Concurso Público foi escolhido ao abrigo do critério previsto no artigo 16º nº 1 c) e no artigo 20º nº 1 b) do CCP;
6. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante e o interessado, concorrente e adjudicatário relativamente à fase de formação do contrato serão escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica indicada no ponto 2.
7. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º, do Código dos Contratos Públicos, as peças do procedimento encontram-se patentes de forma livre e gratuita na plataforma eletrónica indicada em 2., onde podem ser consultadas;
8. O anúncio do Concurso Público foi publicado no Diário da República, de acordo com o disposto no artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
9. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

10. Os interessados podem descarregar, gratuitamente, as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 2, devendo, para tanto, proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.
11. O Processo do Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
- a) O Anúncio;
 - b) O Programa de Procedimento
 - c) O Caderno de Encargos

II – OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR

12. O contrato tem por objeto a prestação dos serviços melhor identificados em 1.
13. O prazo de execução contratual terá início, previsivelmente, a partir do dia 01 de setembro de 2022 e terminará no dia 28 de julho de 2023, respeitando de acordo com o calendário escolar fixado pelo Ministério da Educação, e o plano de Atividades da APADIMP no Lote 1, podendo, eventualmente, ser reajustado em função do desenrolar do presente procedimento e da outorga do respetivo contrato.
14. O procedimento compreende os seguintes lotes, sendo admitidas propostas para um só deles, para vários ou para todos:

Lote 1 – Circuito Especial de Transportes para a Associação de Pais e Diminuídos Mentais de Penafiel (APADIMP) - para um número **previsível de 10 alunos**,

- **Lote 2** – Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas n.º 1 do Marco de Canaveses - para um número **previsível de 7 alunos**,

- **Lote 3** – Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas Cármen Miranda, Marco de Canaveses - para um número **previsível de 10 alunos**,

- **Lote 4** – Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar a Escola Básica Cármen Miranda, Marco de Canaveses Residente na freguesia de Sande e São Lourenço do Douro - para um número **previsível de 1 aluno**,

- **Lote 5** – Circuito Especial de Transportes de alunos da Escola Básica Cármen Miranda, Marco de Canaveses Residente para a CERCI em Amarante - para um número **previsível de 3 alunos**,

- **Lote 6** - Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Alpendorada - para um número **previsível de 7 alunos**,

- **Lote 7** - Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar a Unidade de Apoio à Multideficiência da Escola Básica do Cruzeiro, Agrupamento de Escolas de Alpendorada - para um número **previsível de 4 alunos**,

Lote 8 - Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar os estabelecimento de ensino do Agrupamento de Escolas de Alpendorada residentes na freguesia de Bem Viver- para um número **previsível de 2 alunos**,

- **Lote 9** - Circuito Especial de Transportes de alunos a frequentar Unidade de Apoio à Multideficiência da Escola Básica do Cruzeiro, Agrupamento de Escolas de Alpendorada residentes em Penafiel - para um número **previsível de 2 alunos**,

- 15.** O Preço Base do procedimento é de **€ 142 950,00 € (cento e quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta euros)**, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, distribuído pelos seguintes lotes:

Lote 1 – 41 750,00 € (quarenta e um mil setecentos e cinquenta euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 2 – 20 300,00 € (vinte mil e trezentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 3 – 25 800,00 € (vinte e cinco mil e oitocentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 4 – 6 200,00 € (seis mil e duzentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 5 – 3 300,00 € (três mil e trezentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 6 – 19 700,00 € (dezanove mil e setecentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 7 – 13 700,00 € (treze mil e setecentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 8 – 5 000,00 € (cinco mil euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

Lote 9 – 7 200,00 € (sete mil e duzentos euros) (não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado).

- 16.** O parâmetro base fixado no número anterior representa o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelas prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

- 17.** A violação do preço base implica a consequência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

III- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 18.** A adjudicação será feita individualmente e por circuito segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, na avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

19. Caso sejam recebidas mais do que uma proposta com o mesmo preço, a adjudicação desse circuito será feita ao concorrente que tenha efetuado o transporte no ano letivo anterior, de acordo com o disposto no ponto 2.5 da Portaria 766/84 de 27 de setembro.
20. Caso os concorrentes não tenham efetuado o transporte no ano anterior, no circuito, realizar-se-á um sorteio para desempate, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados via correio eletrónico, para a sessão do sorteio com a antecedência mínima de 02 (dois) dias. O júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apensa ao processo de contratação e que será divulgado a todos os concorrentes.

III – ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

21. Os interessados podem dirigir à Entidade Adjudicante, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no n.º 2, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas;
22. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento e através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
23. A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, igualmente através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
24. A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.
25. A Entidade Adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo para apresentação de propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

IV – DOCUMENTOS DA PROPOSTA

26. Na proposta, elaborada nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57º, o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

27. A proposta deve ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) A declaração de preço para além do valor por lote a que concorre, deverá discriminar o valor de cada circuito constante do mesmo, assim como valor dia.
- b) O concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- c) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- d) Certidão atualizada da Conservatória do Registo Comercial com identificação dos poderes da gerência e respetivo modo do seu exercício, atendendo ao disposto aos n(s)º 4 e 5 do art.º 57.º do CCP ou código da mesma;
- e) Declaração, no caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, em que as empresas agrupadas assumem solidariamente a responsabilidade perante o Município de Marco de Canaveses, pela manutenção da sua proposta, e se comprometem, em caso de adjudicação, a constituírem-se em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou a associarem-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, antes da celebração do contrato; a referida declaração, deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento para efeitos de notificação dos atos no decorrer do procedimento;
- f) Declaração de Responsabilidade Social Empresarial, de acordo com o ANEXO II ao presente Programa de Procedimento;
- g) Comprovativos do alvará de licenciamento para Transporte Coletivo de Crianças, licença do veículo, certificado de inspeção e de matrícula, certificados dos motoristas e seguros.
- h) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- i) Serão excluídas as propostas cuja análise revele a não apresentação de todos os documentos referidos nas alíneas anteriores

28. Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser **todos** assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada**.

29. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, tais documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 30. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente a assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 31. Quer a proposta de preço, quer a lista de preços unitários, se aplicável, serão expressos em euros, e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
- 32. A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

V - PROPOSTA VARIANTE

- 33. Não é admitida a apresentação de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

VI - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 34. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 35. Quando pela sua própria natureza, ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

VII - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 36. A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto 25, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 2., até às **17:00:00 horas do décimo quinto dia a contar da data disponibilização do presente procedimento**, ou daquele que vier, eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.
- 37. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

VIII - PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

38. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

IX – ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

39. No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica referida no ponto 2. deste Convite.
40. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
41. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes e no caso de não se encontrar a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o previsto nos números anteriores.

X - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

42. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas apresentadas sejam excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

XI - ESCLARECIMENTOS À PROPOSTA

43. A Entidade Adjudicante pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e avaliação da proposta.
44. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

XII. NEGOCIAÇÃO

45. As propostas não serão objeto de negociação.

XIII – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

46. Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos do artigo 55.º do CCP.

XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

47. O adjudicatário deve entregar, **no prazo de 5 dias** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação sob cominação do prescrito no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes documentos de habilitação:
- i. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º 1 do artigo 81.º daquele diploma;
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Documento Comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços que constituem objeto do presente contrato;
 - iv. Certidão permanente atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa Adjudicatária emitida pela Conservatória do Registo Comercial;
 - v. Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da Certidão Permanente da Empresa.
 - vi. Comprovativo de registo, se aplicável no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
48. Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.
49. O modo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos.
50. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 2 (dois dias), proceder à respetiva supressão.



MARCO DE CANAVESES

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

XV - DESPESAS E ENCARGOS

51. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

XVI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

52. A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas na presente carta convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e suas alterações posteriores

- Anexa-se Caderno de encargos.

A Presidente da Câmara Municipal

Dra. Cristina Vieira

ANEXO I

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUICAO

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a “ _____ ”, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que a seguir se descreve:

As empresas associadas declaram que a empresa..... representará a associação perante a Câmara Municipal devendo toda a correspondência ser enviada para (indicar endereço, telefone, correio eletrónico e fax).

As empresas associadas assumem perante a Câmara Municipal de Marco de Canaveses responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas assumem perante a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. responsabilidade solidária passiva com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o cocontratante.(b)

As empresas associadas obrigam-se a submeter à prévia apreciação e autorização da Câmara Municipal., qualquer alteração na composição da associação, sob pena de não fazendo, ver a sua proposta excluída ou, se for o caso, a adjudicação caducar.

Data_____

Assinatura (c)_____

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial:

“ ” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

(c) - Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Informar a Entidade Adjudicante de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);
- k) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 202...

Assinaturas